

Educação em Alerta



Jornal Sintep-MT - Edição - Setembro/Octubro de 2019

Novo Fundeb

Recursos Federais são a garantia para a Educação Pública continuar Gratuita



Privatização e Terceirização invadem a rede pública de ensino de MT



pág 02

pág 04



pág 07

Reforma da Previdência agravará o quadro de doenças laborais



pág 06

Poderes se alinham na tentativa de imobilizar trabalhadores e trabalhadoras

Resiliência



Presidente do Sintep/MT - Valdeir Pereira

Companheiros e companheiras, já convivemos com avanços no estado brasileiro. Fomos atendidos em reivindicações da classe trabalhadora com medidas que fortaleceram os direitos sociais e trabalhistas.

Na Educação tivemos o FUNDEB, o Piso dos Professores, as Conferências de Educação com a participação da sociedade, um novo Plano Nacional de Educação, com previsão da aplicação de 10% do PIB vinculado à Educação, e o fundo do Pré-Sal.

Além disso, Políticas de ganho real do salário mínimo, de inclusão e combate à fome, entre outras.

Nesse último período, a conjuntura mudou de tal forma que a impressão é que estamos num barco à deriva e autodestrutivo, principalmente nas políticas sociais e educacionais com o desmonte das universidades públicas, o fim da aposentadoria, instabilidade do poder judiciário e poder legislativo brasileiro.

É certo que esse modelo de Estado Mínimo não serve para os trabalhadores e as trabalhadoras e teremos que nos envolver de maneira decisiva no processo eleitoral de 2020 para derrotar esse modelo nas urnas, democraticamente.

Qualidade da educação pública não aceita terceirização e privatizações



As políticas privatistas na educação estão se instalando em Mato Grosso, ainda que de forma sutil, muitas vezes imperceptíveis ao senso comum. Contudo, ganham força nos projetos e programas das administrações municipais e estadual, com o propalado argumento de corte de gastos. Através do ingresso de empresas terceirizadas no espaço escolar os conceitos de carreira e valorização profissional estão sendo atacados e/ou destruídos.

No município de Itaúba, por exemplo, empresas terceirizadas são contratadas para dividir a responsabilidade da Educação Pública, na contratação de pessoal. Na rede municipal parte dos profissionais de Apoio e Técnicos de Desenvolvimento Infantil estão vinculados a

empresas privadas. O gestor chegou a colocar profissionais que atuavam no Apoio, mas com graduação em Pedagogia, para assumir salas de aula. Contudo, o salário era de apoio, não de docente, um flagrante desrespeito a legislação por caracterizar desvio de função.

No município de Cuiabá, a prefeitura alardeia mais um golpe na carreira dos profissionais da educação, ao tentar substituir os apoios administrativos, na função de Vigia, por monitoramento eletrônico em todas as unidades escolares, para 2020.

As práticas são ainda mais graves, quando substituem o concurso público por contratos celetistas, colocando regras frágeis para assegurar os direitos dos trabalhadores/as. "O profissional fica à mercê dos interesses políticos, econômicos e susceptíveis à perseguição e outras situações vexatórias, sem contar que a prática fere os princípios da moralidade e da impessoalidade no serviço público", afirma o secretário de redes municipais, Henrique Lopes.

"Essas são formas de contrapor os interesses economicistas das administrações públicas via Parcerias Público Privadas (PPP's), Organizações Sociais (OSs) e até mesmo a implantação de vouchers, como forma de privatizar a educação pública", destaca o presidente do Sintep/MT, Valdeir Pereira.

Políticas educacionais para 2020 deixarão estudantes fora da escola



Sec. Redes Municipais do Sintep/MT - Henrique Lopes

O Sintep/MT manifesta preocupação quanto ao projeto de educação sinalizado para Mato Grosso em 2020. A política de redimensionamento apresentada pelo governo na distribuição de matrículas entre as redes estadual e municipais, fragmenta o ensino fundamental de nove anos, compromete o já insuficiente orçamento para a educação das redes municipais, e desrespeita por completo a política de Sistema de Estadual de Educação (LC 49/98).

O desmonte promovido em 2019, já compromete o acesso à educação, quando coloca um fim na Educação de Jovens e Adultos(EJA), transferindo a política para a modalidade EAD (Educação à Distância). Uma prática contraditória para quem não tem acesso as tecnologias necessárias para estudar e foi excluído na idade correspondente à etapa de ensino.

Soma-se às novas políticas os cortes na Educação Infantil, que mudam o atendimento em período integral nas creches, para parcial. E mais, ataca as políticas das modalidades educacionais (Quilombola, Indígena), e ao mesmo tempo, transfere ao ente de menor poder de arrecadação, os municípios, a responsabilidade por atender uma demanda além da sua capacidade financeira.

“Todas as práticas atendem a política economicista do governo federal e estadual que comprometem o acesso à Educação Pública e Gratuita para todos e todas”, alerta o secretário de redes municipais do Sintep/MT, Henrique Lopes. Ressaltando que com isso, muitas crianças, adolescentes, jovens e adultos, ficarão fora da escola.

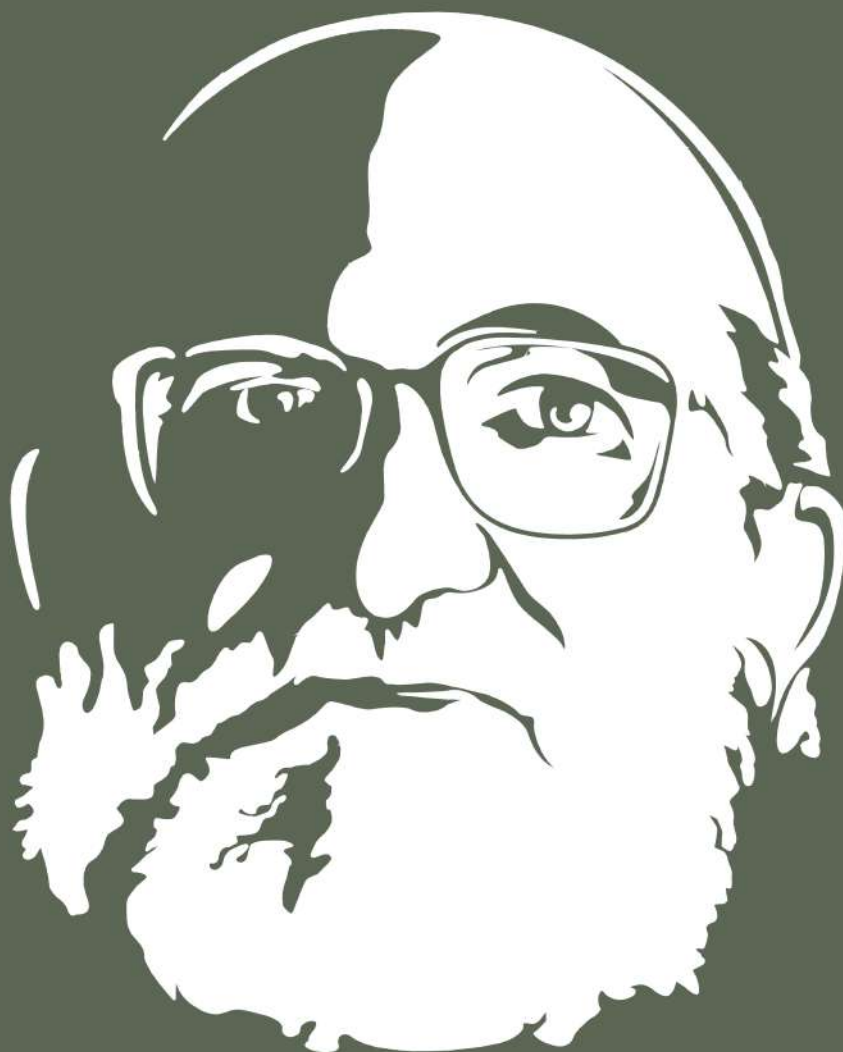


POR UMA ESCOLA LIVRE, DEMOCRÁTICA, PLURAL, INCLUSIVA E QUE VALORIZE OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

15 e 28 de OUTUBRO

Dia do Professor e Dia do Funcionário Público





*Paulo Freire - Patrono da Educação Brasileira
nascido em 19 de setembro 1921
falecido 2 de maio de 1997*

Freire é referência na educação nacional e mundial por sua metodologia, seu conhecimento, sua coerência, sua ética e pela maneira amorosa com que educava e se educava em diálogo com as pessoas e com a natureza, sempre na busca de um mundo mais justo, se tornou exemplo internacional na prática educativa.

O Sintep/MT homenageia a todos e todas docentes com a célebre frase de Freire

"Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante"

Parabéns aos Professores e as Professoras!

Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais...

Rubem Alves



Eide da Silva Curado
Aluna UFMT: 4 ano
pedagogia UFMT

O Educador se eterniza em cada ser que Educa — Paulo Freire

Escolhi cursar a licenciatura em Pedagogia porque mesmo diante do negativismo de alguns colegas, eu acredito no poder transformador da Educação! E eu sou exemplo disso: sou a primeira pessoa na minha família a cursar uma faculdade e isso serviu de inspiração para que hoje meu filho também esteja no curso superior. O atual cenário político me assusta, é claro! Estamos enfrentando um grande desmonte da educação, mas isso não me desanima, e espero muito poder contribuir para uma educação melhor, naquilo que eu puder.

Quanto a desafios, acredito que existem vários para a profissão, desde políticas educacionais eficientes à parceria necessária entre família e escola. A educação pública está sucateada, e o profissional cada vez mais desvalorizado e desmotivado. Eu percebo isso claramente, quando digo que curso pedagogia, e os próprios pedagogos dizem que eu deveria fazer outro curso. No entanto eu aceitei esse desafio desde meu primeiro dia de aula, e sou apaixonada pela educação, e pretendo seguir a carreira em de sala de aula, vivenciando a educação ali na prática diária, mesmo que haja inúmeros obstáculos.



Oloho Enawene,
Juína/MT

As palavras só têm sentido se nos ajudam a ver o mundo melhor...

Oloho Enawene – O povo Enawene Nawe, na região de Juína, foi um dos últimos povos indígenas de Mato Grosso a buscar junto ao governo do estado o acesso conhecimento da educação na língua portuguesa. Desde então, vários professores indígenas foram formados e passaram a dar aulas na aldeia, multiplicando o conhecimento entre o seu povo.

Oloho Enawene, de 23 anos, foi um dos membros da aldeia que cursou formação específica para indígenas, conquistando o diploma equivalente ao magistério. Atualmente dá aulas para jovens da aldeia, ensinando o idioma português a partir da língua materna dos estudantes. Para ele, o que mais satisfaz na profissão que abraçou é poder ver mais indígenas compreendendo a linguagem do não índio.

Segundo ele, o desafio da profissão está em conseguir que os estudantes da sala se concentrem no que ensina. A Escola da aldeia ainda não possui uma construção adequada, e as aulas acontecem em espaços improvisados.

*frase de Rubem Alves





Cristiane Weber
Professora em agosto de 2019

Dando os primeiros passos para o futuro

A recém empossada (24.09.2019) pedagoga, Cristiane Weber de Arruda, comemora a entrada no magistério da rede pública estadual. Gaúcha de Santo Ângelo, veio para Mato Grosso há 15 anos, e com o sonho de poder contribuir para o desenvolvimento das crianças decidiu cursar Pedagogia.

Incentivada pela carreira dos profissionais da educação no estado, resolveu prestar o concurso público. Em 2017, Cristiane fez o concurso para duas áreas da Carreira; Apoio Administrativo e Professora. Na primeira, passou na lista de aprovados e tomou posse. Porém, ficou no cadastro de reserva para Pedagogia. Em agosto de 2019, com novas convocações do Cadastro de Reserva, foi chamada para a vaga de professora.

“Estou muito feliz em desempenharei minha função com amor e dedicação. Tenho muita satisfação em poder ver o crescimento da criança isso é muito gratificante pra mim. Mas sei que terei como desafio a luta permanente para que todos tenham direito a uma educação de qualidade. Sei que isso é possível!”



Keli Cristina
Professora

A vocação para o magistério descoberta na infância

Keli Cristina Alves de Castro é professora na Escola Estadual Maria Quitéria, município de Castanheira. Em 98 ingressou no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e está em sala de aula há 16 anos.

Conforme relata, sua primeira turma foi no sítio, numa sala multiseriada. “Amo o que faço”, se declara apaixonada pelo trabalho e pelas crianças e adolescentes para os quais leciona. Há cinco anos, voltou para o banco escolar, onde cursou nova faculdade, se formando em Geografia.

“Quando criança meu sonho era ser Professora. Amava dar aula pros meus amiguinhos. Meus tios quase todos são professores. E meu sonho se tornou real. Sou Professora, com muito orgulho, ainda mais quando vejo meus pequenos ingressando a uma faculdade, principalmente quando escolhem a carreira de Professor. Sabemos que nossa carreira é muito desvalorizada e são poucos que se interessam em segui-la. O futuro está nas mãos dessas crianças e jovens e temos que tentar torná-los cidadãos críticos e que não desistam jamais de seus sonhos”

Dentre os desafios da carreira a professora destaca o distanciamento dos pais da vida escolar das crianças. “A falta de acompanhamento por parte dos pais, me deixa triste e preocupada ao mesmo tempo. Sem contar a desvalorização, os baixos salários, e claro, a falta de infraestrutura das escolas”.



Ubaldina Mendes
Professora Aposentada

Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente.

Paulo Freire

Ubaldina Mendes de Oliveira Luchese, professora aposentada

Graduada em Pedagogia e Matemática, pela Universidade Federal de Mato Grosso, com experiência na função de direção e coordenação de escola, além de duas pós graduações, uma delas em Orientação Educacional, a professora aposentada Ubaldina Mendes de Oliveira Luchese, ingressou no magistério como opção para prosseguir nos estudos.

Na época anos 70, vivendo no interior do estado, em Poxoréu, conseguiu ser aprovada no curso de Pedagogia. Com o incentivo dos pais, que acreditavam na importância do curso superior como um caminho para uma carreira profissional, fez a faculdade. Mesmo sem se considerar vocacionada para o magistério, foi no dia-a-dia da escola, no contato com os estudantes, a maioria de baixo poder aquisitivo, que a carreira ganhou sua simpatia. Para além dos afazeres da vida de professor, foi o desrespeito dos governos com a Educação que fizeram do seu dia-a-dia um desafio permanente na luta por direitos sociais e trabalhistas.

O Novo Fundeb e os impactos sobre o financiamento da educação

A Educação Pública no Brasil sofre sérias ameaças sem garantias de financiamento. O final da vigência do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), em 2020, traz novos desafios para educadores, estudantes e legisladores, responsáveis por articular leis que assegurem a manutenção da escola pública.

Uma proposta apresentada em minuta da relatora deputada federal professora Dorinha Seabra (DEM-TO) traz uma luz no fim do túnel para a Educação Básica. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 15/2015, em tramitação no Congresso Nacional vincula recursos de impostos e propõe inclusive a ampliação escalonada de investimento da União, partido de 15% até alcançar 40% de aporte federal aos estados e municípios.

A minuta propõe assegurar a fonte de recursos para a Educação Pública a partir de uma cesta de impostos já definidos, somados a percentuais (25%) da arrecadação de outros tributos estaduais e federais, além de inserir novas fontes de arrecadação como aquelas oriundas da exploração de minérios, entre eles o Pré-Sal.

Para o Sintep/MT, a PEC 015/2015 do Novo Fundeb, como está

projetada, é o caminho para a implementação das políticas de educação como as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para todos os profissionais da educação, conforme o artigo 206 da LDB.

“Apesar de protestos ainda não está regulamentado o PSPN para todos os profissionais da educação”, destaca o secretário adjunto de Funcionários do Sintep/MT, Klebis Marciano. E mais, lembra o secretário, o Fundo garantiria que as redes municipais constituam caixa para regulamentação do piso, ao destinar 70% do Novo Fundeb para valorização profissional.

A minuta, conforme os educadores e parlamentares apoiadores do projeto é muito positiva, por possibilitar fonte de financiamento e romper com engessamento dos investimentos em Educação, como ocorre após a aprovação da Emenda Constitucional 95. E, ainda, apresenta como indicativo a limitação da Desvinculação dos Recursos da Manutenção e Valorização do Ensino, a exatos 30%. A proposta quer limitar que o montante arrecadado escoe para o ralo.

“A PEC nº 15 será uma conquista social, pois assegurará e qualificará os investimentos na educação, como proposito de assegurar uma política de Educação Pública”, conclui o secretário.

PEC 15/2015 - NOVO FUNDEB

- ✓ Responsabilidade solidária dos entes federados – 208,§ 1.
- ✓ Assegurar a universalização, qualidade e equidade do ensino obrigatório - dever solidário – art. 211,§ 4º.
- ✓ Proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada Fundo destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.
- ✓ Art. 206 (da C.F). Proibição do retrocesso, entendida como vedação da supressão ou diminuição de direitos a prestações sociais educacionais”. (NR)
- ✓ A lei disporá sobre: fórmula de cálculo do custo aluno qualidade
- ✓ A complementação da União de no mínimo 15% (quinze por cento) no primeiro ano de vigência da Emenda Constitucional, ampliada progressivamente até alcançar o valor equivalente a, no mínimo, 40% (trinta por cento) do total dos recursos.
- ✓ Insere na Constituição Federal parágrafo único no art. 193 para incluir o planejamento na ordem social para inserir o princípio da proibição do retrocesso no rol daqueles com base nos quais a educação será ministrada.
- ✓ § 7º É vedado o uso dos recursos referidos, assim como o uso de recursos de MDE e salário-educação para pagamento de aposentadorias e pensões.” (NR)
- ✓ Os recursos serão distribuídos entre cada Município, Estado e Distrito Federal proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido

Propostas de Reformas Tributárias abrem guerra contra o financiamento público da Educação



A Educação Pública, ameaçada com fim do Fundeb, é assombrada também pelos projetos de Reforma Tributária que tramitam na Câmara Federal (PEC 45/2019) e no Senado pela PEC 110/2019. Ambos mexem com a arrecadação de impostos impactando e comprometendo o financiamento da educação.

O deputado federal, Alencar Santana Braga, membro da Comissão Especial da Câmara, que analisa a PEC 45/2019, esteve em Cuiabá para o debate sobre os impactos dessas proposta para a Educação Pública, e esclareceu pontos fundamentais para a manutenção da Educação Básica na escola pública e gratuita.

Segundo Alencar, ambas mexem com o sistema tributário nacional (impostos, taxas e receitas), simplificando-os, contudo não os torna mais justos. “Não investe, por exemplo, a lógica da carga tributária existente no país. Quem tem menos continuará pagando mais, do que quem ganha mais”.

Citou como exemplo, o caso de quem paga IPVA (Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores). “Todos que tem carro pagam, mas quem tem lancha ou helicóptero, não. E isso não mudará em nenhum dos dois projetos, tampouco o fato de que o percentual de imposto daqueles que ganham R\$100 mil mensais, ser o mesmo dos que recebem R\$ 6 mil”, destacou.



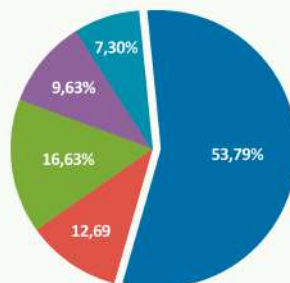
Foto: ALMT

Deputado Federal - Alencar Santana

Para além de não promover o que considera Reforma Tributária Justa e Solidária, as PEC's da Reforma Tributária deixam de lado a Educação e a Saúde Pública. A PEC 45/2019, proposta pelo deputado Baleia Rossi (MDB/SP) e outros, por exemplo, propõe o fim da vinculação de recursos para as respectivas áreas, unificando os percentuais de imposto (12% da Saúde e os 25% da Educação) num mesmo pacote, deixando o investimento a critério dos gestores.

Paralelamente, no Senado, tramita a PEC 110/2019, também de Reforma Tributária. Nessa apesar de permanecer a vinculação de recursos, extingue o Salário-Educação, contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública. Ambas encurtam ainda mais os já escassos recursos da Educação. “Nós sabemos que quem pagará por isso são todos que usam a Escola e a Saúde Pública”, conclui.

QUEM PAGA IMPOSTO?



- ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS
- DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS
- DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS
- DE 10 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS
- MAIS 20 SALÁRIOS MÍNIMOS



**O SINDICATO É VOCÊ
FAÇA PARTE!
SINDICALIZE-SE!**



Governo e demais poderes se alinham no desmonte de direitos



Os profissionais da educação da rede municipal de Santo Antônio de Leverger (27 km da capital) enfrentaram durante o mês de setembro novo ataque aos direitos dos/as trabalhadores/as da educação. Com três meses de salários em atraso e piso salarial defasado diante do que estabelece a Lei 11.738 - Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), deflagraram greve para a garantia do cumprimento das leis.

A situação de Santo Antônio reflete o cenário de desvalorização dos/as educadores/as no país. Nos últimos anos o desmonte de direitos tem sido recorrente, somado ao alinhamento do Judiciário e Legislativo Federal e Estadual às políticas reducionistas de direitos sociais e trabalhistas.

O congelamento dos investimentos da Educação, estabelecido com a Emenda Constitucional 95, refletiu no achatamento

de recursos para valorização profissional. O golpe foi acentuado com a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), levando para a escola a contratação de profissionais leigos. O que remete ao fim de Concurso Público, perdas na valorização salarial e a terceirização no espaço escolar.

O mais preocupante do atual momento nas redes municipais, destaca o diretor regional da Baixada Cuiabana, Ricardo Assis, é o fato de que mesmo com as leis a favor, o cumprimento delas ganham interpretações outras que atacam o direito dos educadores. Assis tem enfrentando embates semelhantes nos municípios que integram o polo da regional Oeste 1.

A atuação do Judiciário tem promovido ainda mais confusão daquilo que é dever do estado e obrigação dos poderes para com a sociedade. "Em Santo Antônio de Leverger tivemos uma situação onde o carro de som, que circulava na cidade,

tornando público o calote da Prefeitura no salário dos servidores, ganhou uma liminar proibindo a circulação", relata a presidente da subseção de Santo Antônio de Leverger, Claudinete Magalhães. O que foi considerado cerceamento do direito de manifestação pacífica.

A interferência do Judiciário não tem sido diferente em outros enfrentamentos, como o caso do redimensionamento entre as redes estadual e municipais de ensino, de Sinop. Por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), do Ministério Público Estadual, fragmentou o ensino fundamental de nove anos, distribuindo os estudantes entre o estado de município. A ação atende interesses do governo e contraria a defesa de Educação Pública como direito de Estado e assegurada pela Constituição e Leis de Diretrizes e Bases da Educação.



Reforma da Previdência agravará o quadro precário de saúde das professoras



Sec. Adj. de Políticas Educacionais do Sintep/MT - Maria Luiza Zanirato



Estresse, ansiedade, problemas de voz, fadiga e depressão estão entre os principais distúrbios que acometem os/as professores/as, segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). O quadro tem sido estarrecedor com recorrentes pedidos de afastamentos, licenças médicas e readaptações de função no espaço escolar.

A realidade é ainda mais grave se somada a falta de condições de trabalho, segurança, sem contar o aumento da violência no ambiente escolar. Os/as educadores/as, especificamente os do magistério, cada vez mais são acometidos pela chamada síndrome de “burnout”, quadros caracterizados pelo afastamento laboral, depressão e até o suicídio.

Diante desse cenário e sob o pretexto de reduzir gastos com a Previdência, o governo federal propõe acabar com a aposentadoria especial, aumentando o tempo de serviço em mais sete anos, para as mulheres e cinco anos a mais, para os homens. A aposentadoria especial do magistério praticamente acaba, com a Reforma da Previdência, pois os professores e professoras terão que trabalhar 40 anos para ter direito a 100% do salário de contribuição, pago atualmente com 25 e 30 anos respectivamente. (Veja o quadro abaixo)

Para a secretária adjunta de Políticas Educacionais do Sintep/MT, Maria Luiza Zanirato, que acompanhou a aplicação da pesquisa sobre saúde do/a trabalhador/a da educação na CNTE, a argumentação de é necessário uma Reforma na

Previdência porque as pessoas estão vivendo mais tempo, é falaciosa. “Devemos questionar com que qualidade os trabalhadores, em especial educadores, estão vivendo”, disse.

Segundo Maria Luiza, as pesquisas constataam que os trabalhadores da educação convivem com a precarização, com trabalho cada vez mais degradante. “Temos que dizer Não à Reforma Previdenciária e cobrar a revogação da Lei Trabalhista e da Terceirização”, afirma.

Regras para a aposentadoria de professores/as da educação básica em efetivo exercício

Critérios	REGRAS ATUAIS				REGRAS DA REFORMA			
	Regime do INSS		Servidores Públicos		Regime do INSS		Servidores Públicos	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Idade	Não exige	Não exige	50 anos	55 anos	57 anos	60 anos	57 anos	60 anos
Tempo de contribuição*	25 anos	30 anos	25 anos	30 anos	35 anos	40 anos	40 anos	40 anos

* Tempo exigido para alcançar os maiores benefícios de aposentadoria nos regimes próprios de Previdência (serviço público) e INSS.

Reforma põe fim à aposentadoria especial do magistério por tempo de contribuição

INSS				Serviço Público			
Não docente (outras profissões)		Professor e Professora		Não docente (outras profissões)		Professor e Professora	
Contribuição	Remuneração	Contribuição	Remuneração	Contribuição	Remuneração	Contribuição	Remuneração
15 anos ¹	60%	-	-	-	-	-	-
20 anos ²	60%	-	-	-	-	-	-
25 anos	70%	25 anos ³	70%	25 anos ⁴	70%	25 anos ⁵	70%
30 anos	80%	-	-	-	-	-	-
35 anos	90%	-	-	-	-	-	-
35 anos ⁶	100%	35 anos	100%	-	-	-	-
40 anos	100%	40 anos	100%	40 anos ⁷	100%	40 anos	100%

OBS: No ambiente escolar, e em âmbito do INSS, o/a professor/a terá que contribuir por mais tempo em relação aos colegas Especialistas (suporte pedagógico) e Funcionários Administrativos para ter acesso à aposentadoria proporcional (25 anos professor/a e 15 anos demais trabalhadores), **INVERTENDO** a lógica de compensação do desgaste em sala de aula. Até que lei federal estabeleça novos critérios contributivos, as mulheres do INSS, inclusive professoras, se aposentarão aos 35 anos de contribuição. No serviço público, as regras entre professores/as e não docentes se igualam no quesito tempo de contribuição (40 anos). Nos dois casos (INSS e regime próprio federal) a reforma **PÕE FIM À APOSENTADORIA ESPECIAL DO MAGISTÉRIO**, pois as regras de tempo de contribuição se igualam aos demais trabalhadores.

A suspensão da Greve na rede estadual não significa conclusão da luta dos educadores

Encerrada a greve de 79 dias (27 de Maio a 14 de agosto) dos trabalhadores da educação da rede estadual de Mato Grosso, ficou o alerta. A deliberação pelo Estado de Greve aponta para a retomada da mobilização, caso as negociações não se concretizem. O enfrentamento de mais de dois meses, apesar do corte salarial, evidenciou que não será fácil para o governo negar as conquistas dos profissionais.

O corte de salários se somou às outras ofensivas durante o movimento paredista que culminaram com um ataque institucionalizado aos direitos constitucionais dos/as educadores/as. Diante desse cenário, avançar para concretização de algumas das pautas foi fundamental, no olhar dos dirigentes do Sintep/MT.

“Tivemos ganhos com a prorrogação do Concurso Público até 2022, possibilitando avançar até mesmo para convocação dos habilitados. Paralelamente houve também a convocação de aprovados para cargos de docente, técnico e apoio, aquém do necessário, mas retomaram-se as posses”, destaca o presidente do Sintep/MT, Valdeir Pereira.

Outra conquista foi a melhoria da infraestrutura das escolas, mesmo sem apresentar ainda o cronograma de obras. “O governo anunciou ampliar para 2019 os investimentos de R\$ 2.000,00 anunciados para R\$ 35 mil”, relata Valdeir Pereira.

Ainda foi considerado como positivo o fato do governo ter atendido reivindicações antigas da categoria como o pagamento de 1/3 de férias para contratados, além de dar continuidade à concessão de licença-prêmio e licença para qualificação profissional.

O maior desafio, o cumprimento da Lei 510/2013, da Dobra do Poder de Compra dos educadores, continua ameaçada. Contudo, mesmo não conquistando a implementação imediata do percentual da lei, para 2019, a categoria conseguiu com a resistência vencer os argumentos da “Lei impossível, ilegal e impraticável”.

Para o presidente do Sintep/MT, Valdeir Pereira, a suspensão da greve se deu diante da reafirmação de que da LC 510/2013 não se abre mão. E mais, “o governo deve documentar o reconhecimento da Lei 510/2013, apresentando um cronograma para integralizar os percentuais não pagos, antes da próxima data base de 2020, bem como as perdas salariais, desde maio de 2019”, disse.



O cenário político e os novos desafios para a organização sindical

O Sintep/MT tem novos desafios diante do cenário de desmonte de direitos, dirigente da CNTE, Gilmar Soares, a luta ataque à carreira e desvalorização sindical dos educadores guia-se na defesa de profissional. Após 79 dias de greve na rede uma Educação/Escola que seja o espaço de estadual, se mantém na luta tanto para o se pensar o “inédito-viável” em vista da cumprimento das negociações que levaram transformação das realidades de exclusão e ao fim do movimento paredista, bem como marginalização econômica e social.

em alerta para as tentativas de desmonte “Desenvolver o pensamento democrático-crítico e fazer a luta pela

É consenso entre os dirigentes no Res-pública é uma forma de assegurar na atual momento mais do que avançar é formação da juventude experiências que preciso manter direitos conquistados, e para reconheçam o protagonismo dos mesmos”, isso insistir na defesa da Educação para a disse.

Liberdade e Libertação das estruturas de Confronto. Conforme ele, será uma tarefa opressão. O objetivo é manter a autonomia, fundamental do sindicato, diante do atual a soberania e a esperança na população, na cenário, ampliar o conceito do educativo linha do que acreditava o maior educador para além da educação estritamente escolar; assegurar a politicidade inerente à educação;

Segundo o secretário de construir uma nova cultura política; e mais,

conscientizar e mobilizar a Educação e a sociedade na luta por direito à educação.

“No atual momento, com a ameaça de desvincular recursos da educação, se faz necessário lutar para ajudar a sociedade a reverter as Propostas de Emendas Constitucionais que estão retirando direitos da população, a exemplo a EC nº 95; Reforma do Ensino Médio; Reforma Trabalhista e a Reforma Previdenciária”, acredita ele.

Segundo Gilmar, a luta deve ser para que se consiga manter e ampliar o atendimento da Educação Pública e Gratuita com foco na qualidade socialmente referenciada para todos e todas”, acredita.

Lutar é a finalidade do sindicato na defesa dos interesses da carreira e da classe trabalhadora. Contudo, nesse momento, o compromisso é garantir piso salarial (artigo 206, parágrafo VII, Constituição Federal) para todos os profissionais da educação e lutar contra toda forma de privatização da educação Pública e desmonte das políticas sociais e educacionais.